

Maria Antónia Pires de Almeida  
**A Revolução no alentejo**  
**- memória e traumas da reforma agrária**  
**em avis**  
Lisboa, ICS, 2006, 347 páginas.

Nesta adaptação duma tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea no ISCTE, pretende-se analisar a reforma agrária portuguesa em Avis, onde assumiu “proporções elevadíssimas”, ainda que esteja por fazer a comparação por concelho e por distrito. Com “uma abordagem científica” (p. 20), interroga “o que levou uma população que viveu e trabalhou durante várias gerações com a cabeça baixa, os olhos no chão e o chapéu na mão de repente a levantar a cabeça e agir?” (p. 19). Maria Antónia Pires de Almeida, apresentada como “especializada em História Social Contemporânea e interessada na História Oral, Memórias e Identidades,

Sociologia Rural e Património”, considera que houve uma “d direcção partidária”, um “líder forte” e um “aparelho partidário” que encaminharam um movimento que não se justificava, porque “o tipo de vantagens adquiridas com a reforma agrária pelos trabalhadores propriamente ditos não me parece inovador em relação aos direitos já conquistados com as lutas no Verão de 1962 e a legislação emitida no governo de Marcelo Caetano” (p. 23). O processo de reforma agrária terá constituído um anacronismo por “as condições sociais e económicas nos campos já terem sofrido uma evolução positiva muito significativa precisamente devido à saída do excesso demográfico que pesava sobre os campos e à legislação emitida no período de Marcelo Caetano” (p. 63). Assim, “interrompeu os processos de investimento na agricultura que estavam a ser postos em prática desde os anos 60 pelos mais dinâmicos empresários agrícolas alentejanos, sendo responsável

por grande parte do desinteresse que actualmente se verifica no meio rural no que diz respeito a investimentos a longo prazo e projectos concretos de desenvolvimento empresarial” (p. 288), e cortou “qualquer tipo de contacto que existia entre os dois grupos mais significativos, quando antes ainda havia relações de trabalho e do patrocínio. As vilas e as aldeias dividiram-se, os ódios foram atizados” (p. 289). Em virtude da “propaganda”, deu-se uma transmutação dum “povo tradicionalmente submisso e de cabeça baixa numa turba violenta e cheia de coragem” (p. 148), que se divertia em “passeatas” (p. 225) “num ambiente festivo, com viagens à *borla* em camionetas para assistir aos comícios, a jorna paga pelo sindicato e a afirmação imparável de que se vivia em *liberdade* e já não havia *patrões*” (p. 149). As mulheres passaram a sair à rua sem ser exclusivamente para trabalhar, “com uma euforia de prisioneiras libertadas” (p. 149). Tornam-se “as primeiras nas manifestações e as que mais barulho faziam, mas no tipo de trabalho que realizavam a sua situação não mudou: continuaram agachadas a apanhar legumes e tomates, enquanto os homens conduziam tractores e ceifeiras-debulhadoras...” (p. 217)

A obra é dividida em sete capítulos. O primeiro centra-se na “questão agrária”, com uma “análise histórica, bibliográfica e literária” (p. 21). O segundo é de carácter contextual, com o enquadramento local e regional de Avis entre meados do séc. XX e o 25 de Abril. Os capítulos III, IV e V debruçam-se sobre a “fase dramática da vida nacional” (p. 23) entre 1974 e 1977, com uma cronologia e legislação do processo de reforma agrária em Portugal, as instituições locais, o 25 de Abril e a reforma agrária em Avis. Estes anos, em que, segundo a autora, alguns autores estrangeiros (Nancy Bermeo, Jochen Bustorff ou Michel Drain, entre outros) “ajudaram a difundir uma certa visão utópica do processo de reforma agrária que

*agora se contesta*” (p. 24), finalizariam com o “*encerramento do período da crise de Estado*” (p. 24), tratando o sexto capítulo a contra-reforma agrária e a integração europeia, enquanto o último se centra na actualidade, nos “novos desafios”.

Se o Sul rural da Península Ibérica foi longamente caracterizado na etnografia pela sua repartição em classes, com um grupo possidente claramente estabelecido no topo da escala social e uma mole de trabalhadores sem terra, “neste trabalho a grande dificuldade foi encontrar uma classe” (p. 14), ainda que noutra local afirme ter-se confrontado no concelho de Avis com baixas percentagens de proprietários e rendeiros e altas percentagens de trabalhadores rurais (p. 88). A reforma agrária teria sido destinada a beneficiar o grupo dos trabalhadores rurais e não o dos *camponeses*, que segundo a autora é constituído por proprietários, rendeiros ou parceiros (p. 62): “A classificação profissional de *trabalhador* passou nesta época a englobar uma série de categorias perfeitamente distintas e que variaram entre o *feitor* e todos os *criados justos* da grande lavoura até chegar aos mais eventuais dos trabalhadores alentejanos, contratados tanto à jorna como à tarefa” (p. 62). Obscurecendo a distinção entre a divisão técnica e a divisão social do trabalho, insiste na “maior diversidade social” (p. 77) que se pode detectar no Alentejo, já que “quando se pretendeu mobilizar a população rural para a reforma agrária, se verificou uma tentativa fortíssima de anulação intencional dessa diversidade e de reconstrução dos trabalhadores como um grupo coeso e igualitário” (p. 77). Reconhece que os locais de sociabilidade de classe eram diferenciados e que “uma característica unia de facto o grupo dos *pobres*: a imagem que faziam dos *ricos*” (p. 132), ainda que o aspecto destes nem fosse “muito ostensivo” e as suas mulheres deixassem “os casacos de peles nas arcas de cânfora (ou nos guarda-vestidos

com naftalina) e as jóias no cofre, usando-os apenas em visitas esporádicas à capital ou em alguma ocasião social ou familiar festiva” (p. 132). Parece-lhe que “é necessário desmistificar um pouco as ideias preconcebidas sobre as elites fundiárias alentejanas” (p. 134) e admira-se porque “em regra, os trabalhadores odiavam os grandes proprietários!” (p. 133). Questiona o absentismo, um “lugar comum” (p. 38), já que se uns proprietários viviam em Lisboa, outros ficavam-se pelos concelhos limítrofes, arrendando as suas explorações, e mesmo uma nova categoria, a das “senhoras com falta de preparação e incapazes de assumir a administração duma casa agrícola”, que viviam “de rendas por incapacidade de se dedicarem à lavoura” (p. 203). “Na necessidade de ‘viverem dos rendimentos’, tinham o bom senso de arrendarem as terras a quem tinha maior competência para as cultivar” (p. 134). Assim, interroga-se: “Será isto absentismo?” (p. 135), já que alguns, “abnegadamente, tiveram mesmo que abandonar as suas profissões na capital para tomarem conta das ‘lavouras’ quando os pais ou padrinhos faleceram” (p. 137). Considera que houve uma intenção de bipolarizar o Alentejo nos autores neo-realistas ao longo do século XX, através dos “estereótipos do latifundiário, cidadão ‘de lavoura e cabaré’, com uma conotação irremediavelmente negativa, e do trabalhador rural vitimado pelo próprio nascimento e pela condição de *pobre*, sem qualquer capacidade de escapar a um destino de servidão e de humilhação às mãos da prepotência do *patrão* e dos seus representantes: feitores, capatazes...” (p. 76). Mais, nenhum dos entrevistados lhe contou que “tivesse passado fome propriamente dita” (p. 120), e custa-lhe compreender que a seguir ao 25 de Abril, “Se para alguns o clima era de terror, para outros era de euforia. Grande parte da população do concelho viveu aqueles tempos em festa, com grandes banquetes, onde chegaram a ser comidos os

veados da Fundação [Abreu Callado] e os touros reprodutores.” (p. 203)

Considera que “as precárias condições culturais dos trabalhadores rurais de Avis foram aproveitadas por uma certa elite devidamente endoutrinada para o efeito pelo Partido Comunista Português, por via dos seus dirigentes sindicais na região” (p. 210), ou seja, os trabalhadores teriam visto acenarem-lhes com a possibilidade de “ser patrão, não trabalhar, ficar rico” (p. 211). Imediatamente a seguir ao 25 de Abril, “começaram a movimentar-se, assistiram a comícios e organizaram comissões para tudo e mais alguma coisa” (p. 182). O penúltimo presidente da Câmara terá sido expulso da vila, “juntamente com o vice-presidente que ‘caiu na asneira’ de declarar que tinha trabalhado para a PIDE (tratando os presos)” (183), numa ocasião em que “o povo tomou literalmente o poder nas suas mãos”: a comissão administrativa da Câmara, com um vogal “operário agrícola”, foi presidida por um enfermeiro filho de trabalhadores rurais “que tirou o curso na tropa e que na portaria de nomeação é referido como ‘ex-odontologista»’ (p. 185). Quanto ao reconhecimento do novo grupo de protagonistas da política local, admira-se com a assunção duma designação unificadora: “Como contraponto simbólico, é de acrescentar uma curiosidade, sem dúvida anedótica: cada um dos nomes escritos na acta da primeira reunião da comissão administrativa está precedido de ‘senhor’, por extenso, o que não deixa de ser significativo de um desejo de afirmação social por parte de um grupo que nunca antes tinha tido esse tipo de tratamento!” (p. 185) Espanta-a também que os novos dirigentes dos órgãos autárquicos passassem a ser eleitos por critérios como “a proximidade com os eleitores”.

O processo de reforma agrária “Foi a altura ideal para forjar uma consciência de classe que nunca tinha existido e activar os recursos humanos para a mobilização

social. Potenciando antigas frustrações e ressentimentos, a propaganda facilmente virou a multidão contra os antigos elementos do poder e conseguiu reverter e abolir completamente algumas solidariedades anteriormente existentes entre as classes.” (p. 150) Tal foi possível por se tratar dum “grupo altamente sugestível”, já que “aos trabalhadores rurais faltava a capacidade crítica para interpretar a situação que se lhes colocava, o que tem a ver com as circunstâncias culturais descritas e que se podem resumir no elevado grau de analfabetismo e em vidas de muito trabalho físico sem qualquer possibilidade de estímulo mental” (p. 152). Salienta a decepção de alguns trabalhadores rurais que “ainda hoje dizem que querem matar os *ilusionistas* que os ‘levaram’ para a reforma agrária”, o que evidencia “o individualismo que marca este grupo e a pouca ou nenhuma importância dada a qualquer processo colectivo” e a “total falta de interiorização dos conceitos que presidiram, pelo menos em teoria, ao movimento”, já que “o que cada um queria era a independência de um patrão e de uma renda de casa” (p. 260). Os trabalhadores reagiram “irracionalmente a um estímulo”, vindo a constituir-se como “bando organizado e armado que actuou com a legitimidade revolucionária de quem quer mudar as normas culturais vigentes” (p. 184). Quanto aos proprietários, o processo ter-lhes-á “provocado sérias dificuldades económicas” (p. 153). Uma proprietária “chegou a vender os cordões de ouro da família para pagar as jornas” e começou a ver as suas roupas serem usadas por outras pessoas, sem poder reagir (p. 204). Mais: “As vítimas das ocupações de terras tiveram os seus percursos de vida definitivamente alterados e as suas relações com a propriedade agrícola e com o meio social em que estavam inseridos nunca mais voltaram a ser as mesmas.” (p. 226)

Criadas as condições por parte do Governo, do IRA, do exército, “de que mais

precisavam os trabalhadores para avançarem? Sobretudo quando a GNR parecia anestesiada.” (pp. 155-6) E foi assim que “Neste final de 1974 os trabalhadores experimentaram algo que nunca haviam ousado e ninguém os reprimiu, pelo contrário” (156), um movimento que “corresponde ao da revolução bolchevique” (p. 165). O registo caricatural prossegue quando refere a participação da Escola Prática de Artilharia de Vendas Novas, cuja “*brigada* saía do quartel com grande aparato de jipes, *chaimites* e outros carros de combate, armada até às orelhas e com cabelos e barbas compridos, de ‘aspecto alucinado’, para se juntar a grupos de ocupantes e marcar a sua presença no terreno” (p. 164). Colando-se ao discurso dos proprietários, que toma acriticamente como seu, refere o aparelho legal então surgido, nomeadamente a “Lei Oliveira Baptista”, que conduziu à “*peregrinação* (muitos chamam *calvário*) dos proprietários a tentarem reaver as suas terras ocupadas e a pedirem as reservas a que tinham direito” (p. 169). “Em Avis foi a razia total!” (p. 200), tendo os proprietários salientado a “*vingança, inveja e cobiça*. Alguns trabalhadores queriam simplesmente ver os *ricos* a trabalhar como eles.” (p. 200) A perspectiva dos proprietários é seguida com ardente fervor, mostrando a autora certezas inabaláveis no que lhe contaram: “Se houve descapitalização das explorações agrícolas, esta não resultou de qualquer tipo de sabotagem económica ou desinvestimento. Pelo contrário, foi provocada pelas despesas extraordinárias a que as colocações obrigatórias de pessoal e o impedimento da venda de gado obrigavam.” (p. 202) Quanto à contra-reforma agrária, os que ficaram no desemprego aquando da entrega das herdades “a longo prazo grande parte deles até acolheu com satisfação o afastamento definitivo da actividade agrícola, pois tratava-se de uma população rural a caminhar para o envelhecimento e

as novas gerações tinham outras habilitações e outros interesses profissionais que as atraíam para outros sectores de actividade ou mesmo para outras regiões ou países” (p. 250). Nos anos de 1978 a 1980, com as desocupações, destaca-se o papel dos filhos dos proprietários: “nas datas marcadas para as entregas reuniam-se irmãos, primos e amigos que se entrincheiravam nos *montes* (...) As desocupações constituíram assim um período de autêntica euforia, com a excitação típica dos jovens, sem excepção do sexo masculino, que pela primeira vez tiveram autorização e até apoio dos pais para saírem em grupo e armados quase para uma batalha campal, devidamente abastecidos com farnel e muita bebida.” (p. 253) A autora comove-se: “Podemos imaginar o medo, misturado com orgulho, das respectivas famílias. Os *meninos* estavam a recuperar as *nossas terras aos comunistas!*” (p. 253)

Na actualidade, o espaço rural refuncionalizou-se, em função do turismo e do artesanato, com a paisagem e a natureza a tornarem-se visitáveis. Os turistas adoptam um comportamento com similitudes aos dos filhos dos proprietários que “praticam os desportos mais adequados ao grupo social em que estão inseridos: equitação, alta escola e tauromaquia, alguns pertencem a grupos de forçados, quase todos possuem *jet-skis*, *quads*, fazem *motocross*, passeios de jipe em preparação para *raids* todo o terreno, caçam..., ao contrário dos pais, que, ‘no seu tempo’, nem à caça podiam ir porque tinham as herdades ocupadas... Mas não dispensam as ‘outras’ férias no Algarve de Verão e nos Alpes para os desportos de Inverno.” (p. 283) A Câmara Municipal, que teve de suprir necessidades básicas por satisfazer e construir equipamentos sociais variados, lançou “infra-estruturas para um turismo que gera muito poucos resultados económicos, como foi o caso do parque de campismo” (p. 284). Deixando antever que as vedações actuais dos terrenos, sobretudo

de caça, impedem a circulação e o acesso a locais de interesse geral, adianta que quem procurar os dólmenes e menires do concelho, não os encontra, já que “muitos deles estão dentro de herdades vedadas e sem estradas ou caminhos de acesso” (p. 284).

A autora considera ter usado “métodos de trabalho rigorosos aprendidos com a sociologia, a antropologia e a ciência política” (p. 15), realizando entrevistas, que constituem “a base da análise e um importante factor de originalidade” (p. 15), através das quais pretende “Dar a voz aos intervenientes de forma rigorosa e (o mais possível) isenta” (p. 15). Quanto à pretensão à isenção, na obra os trabalhadores rurais são referidos por alcunhas (*Cuco*, *Sarrafaça*, *Mascote*) e os proprietários pelos títulos académicos (A Sr<sup>a</sup>. Engenheira, na p. 204). Ainda que a autora tenha escrito que manteve o sotaque nas transcrições, “e mesmo algumas incorrecções ortográficas e gramaticais utilizadas pelos entrevistados, o que teve a intenção de valorizar a riqueza da linguagem regional e de modo nenhum é usado de forma depreciativa” (p. 25, em nota), o título dum sub-capítulo, ‘Os *hipotenizados*’ e outras referências ao correr do texto (*Bertolameu*, na p. 196) denunciam um significativo desrespeito por alguns dos que acederam a falar-lhe, a que aplica o ferrete de classe e um paternalismo inaceitável num estudo de ciências sociais, bem evidenciado na citação duma proprietária, escolhida para epígrafe da conclusão. Enquadra alguns comportamentos numa espécie de personalidade-base do Sul: “Basicamente, os alentejanos e as populações mediterrânicas, em geral, não têm, por uma questão de mentalidade, o hábito ou qualquer vontade de se exporem em público” (p. 218), sem entender que há conjunturas revolucionárias e que a psicologia colectiva é uma fraca explicação, como fica demonstrado quando contesta Nancy Bermeo (p. 26) ou quando naturaliza a “mentalidade da população em

causa”, porque “o alentejano emigra menos, tem uma ligação mais forte à terra e uma desconfiança natural em relação aos estranhos; mesmo que tenha algo a dizer, certamente não o fará em público e muito menos respondendo a um questionário” (p. 26).

A falta de rigor da obra, que ignora estudos das elites na antropologia portuguesa e em que a perspectiva comparativa em torno dos movimentos rurais no mundo está completamente ausente, fica bem evidenciada na nota da p. 149, quando a autora resolve informar os leitores do que significa a sigla “MRPP”: “Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado, vulgo *Meninos Rabinos que Pintam Paredes*”. A utilização recorrente de maiúsculas (ROUBO, na p. 259),

exclamações e reticências conduzem-na a um texto que se torna panfletário e parcial, que se conjuga com uma atitude paternalista quanto aos trabalhadores, mostrando-se incapaz de os entender como seres da história, com capacidade para escolher em função de constrangimentos, e condu-la a encará-los como manipuláveis, iludidos por outros, que os levaram a agir além da sua vontade. Tem toda a razão uma vez, quando classifica a sua obra: “não passa de um retrato, com todas as limitações impostas pela subjectividade da observadora.” (p. 20)

*Paula Godinho*

Departamento de Antropologia, FCSH-UNL

## DINÂMICAS DO MUNDO RURAL: ETNOGRAFIAS DA MUDANÇA

Colette Callier-Boisvert

*Soajo, entre Migrações e Memórias*

Lisboa-Paris, FCG/Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1999, 317 páginas.

Manuela Raminhos

*Fronteiras da Identidade.*

*O “Outro” na Construção de um Lugar na Serra de Grândola*

Oeiras, Celta Editora, 2004, 135 páginas.

Clara Saraiva

*Luz e Água.*

*Etnografia de um Processo de Mudança*  
EDIA, 2005, 356 páginas.

Hoje aceita-se pacificamente a ideia de que a sociedade portuguesa se transformou de uma forma substancial e inequívoca no espaço de poucas décadas, mas esta ideia, tida por clara e evidente, nem sempre é discutida de forma a perceber de um modo consistente esse processo de mudança. Tratando-se de uma questão transversal, passível de ser olhada a partir da economia, da história ou da ciência política, ela oferece também à antropologia um promissor, mas pouco visitado, campo de trabalho. Um tema tão central como o da relação entre tradição e mudança e, numa perspectiva mais ampla, tudo o que decorre daquilo a que podemos chamar dinâmica social, encontra aqui um amplo espaço de debate e análise. Três obras publicadas há relativamente pouco tempo podem ser lidas neste quadro, constituindo formas diferentes, e até certo ponto complementares, de

abordar processos de mudança social a partir da antropologia. Trata-se dos trabalhos de Collete Callier-Boisvert (2004), *Soajo, entre Migrações e Memórias*, de Manuela Raminhos (2004), *Fronteiras da Identidade. O “Outro” na Construção de um Lugar na Serra de Grândola* e de Clara Saraiva (2005), *Luz e Água. Etnografia de um Processo de Mudança*. A intenção por detrás de cada uma destas obras é bem distinta, como distintas são também as estratégias de construção narrativa. O que têm em comum e permite pensá-las em conjunto é o traçar de diferentes retratos de um processo complexo, sublinhando alguns tópicos tão relevantes como a desagregação de um certo mundo rural, a afirmação e a resistência a formas de modernidade tardia, o impacto dos fluxos migratórios ou a consolidação de novas representações sobre o património.

De facto, ainda que o façam de forma diferente, qualquer destas obras se confronta com processos de mudança, introduzindo no discurso um fio temporal que se pauta, para simplificar, num contraponto entre o *antes* e o *agora*. São diferentes, porém, as formas de construção desse registo. O livro de Callier-Boisvert é, na verdade, uma colectânea de artigos que dão conta da longa relação da investigadora com um terreno concreto, o Soajo. Tendo chegado pela primeira vez à aldeia no começo dos anos 60, Callier-Boisvert voltou ali no final dos anos 80, regressando depois todos os anos até 1998. Este longo contacto com a realidade soajeira, mesmo tendo em conta o longo hiato de 23 anos em que se manteve distante, permitem-lhe dar conta e explicar, de forma sustentada, importantes mudanças estruturais. São três os temas que atravessam o livro: a emigração, entendida como uma constante estrutural com que há que lidar de forma a atenuar o seu impacto na comunidade; os modos de articulação entre o público/privado e individual/colectivo e os processos identitários,

que a autora convoca para discutir as formas de resistência e adaptação face a um contexto de mudança (p. 18).

Com a publicação da sua tese de mestrado em “Antropologia, Patrimónios e Identidades”, Manuela Raminhos oferece-nos um outro olhar sobre a mudança num contexto rural. Também neste caso a migração ocupa um lugar central, mas do que se trata aqui é de mostrar o impacto da chegada de estrangeiros, sobretudo do Norte da Europa, a uma aldeia alentejana. Enquadrada por aquilo que pode designar-se por “vaga neo-rural”, a presença destes imigrantes permite à autora construir também aqui uma narrativa acerca da dinâmica social, nomeadamente quando mostra o modo como a comunidade confronta antigo e moderno e demarca sinais de pertença e de exclusão. Também nesta obra a argumentação se constrói na centralidade dos processos identitários, procurando mostrar de que forma as representações sociais dominantes se adequam e interagem com uma nova realidade social. A mudança, induzida pela chegada de novos segmentos populacionais que transportam consigo representações do mundo bem diversas das que dominam localmente, acaba por ser controlada socialmente, através de um reajustamento da mundivisão e do discurso da identidade que permite conservar o essencial.

A trasladação da aldeia da Luz, provocada pela construção da barragem de Alqueva, permite, também ela, e a seu modo, pensar os processos de mudança. Trata-se de uma abordagem bastante diferente das que acabámos de referir, desde logo pela singularidade do processo analisado, mas também porque a forma de construção do texto etnográfico obedece a uma lógica distinta das anteriores. Preocupada, fundamentalmente, com a descrição do processo, Clara Saraiva oferece-nos um trabalho de grande riqueza etnográfica, surgindo os debates “antes/agora” e “antigo/moderno” sob uma

forma mais impressiva que analítica. De alguma forma é o leitor quem tem que partir de uma descrição etnográfica densa para a problematização do tema e mesmo para a procura das sínteses que o transportem do particular para o geral. Este exercício de distanciamento face ao texto impresso, para o qual o leitor é conduzido, é também aquele que torna mais rico um olhar cruzado sobre os três trabalhos que vimos referindo.

Na “Conclusão” do seu livro, Callier-Boisvert coloca a questão da mudança de forma algo inesperada, pois inverte o ponto de focagem do olhar. Fá-lo quando recorda que em 1962, no primeiro contacto com a comunidade, as mulheres do Soajo a olhavam com uma mescla de comiseração e de curiosidade perplexa, parecendo-lhes inacreditável que alguém se pudesse interessar por aquela aldeia e seu modo de vida: “Vossemecê gosta disso? É muito feio”, era o que então lhe diziam. Porém, trinta anos depois, quando retorna à povoação, depara com outro tom e outras certezas: “Gosta do Soajo? É muito bonito” (p. 273). Nas três décadas que medeiam estas duas representações da comunidade pelos seus nativos, sucederam mudanças de diferente natureza, mas se procurarmos o factor fundamental dessa mudança podemos seguramente dizer que ele se encontra nas relações da aldeia com o exterior. No seu texto, a autora enfatiza a importância da emigração, que surge como consequência da transformação social, mas também como agente polarizador dessa mudança. A mobilidade da população é pois o factor central do processo. É essa mobilidade que altera o padrão demográfico, do mesmo modo que põe em causa a estratificação social e que transporta novas ideias e valores que permitem ver o mundo com outros olhos.

Opanorama de Santa Margarida da Serra, aldeia estudada por Manuela Raminhos, não é substancialmente diferente. Também aqui a emigração fez o seu percurso, muito

embora a ausência de uma relação de posse com a terra tenha, em muitos casos, desincentivado o regresso. O que torna mais estimulante o confronto deste contexto com o Soajo é, todavia, o modo específico como cada uma das comunidades reencontrou um novo ponto de equilíbrio. Importa notar que não se fala aqui de equilíbrio num sentido homeostático, mas apenas enquanto conciliação entre o (re)conhecido e o novo. No caso estudado por Manuela Raminhos, essa conciliação passa pela atribuição de um lugar social definido para os imigrantes que nas últimas décadas procuraram a aldeia. A um primeiro olhar é justamente a ausência de lugar social aquilo que mais releva, até porque os neo-rurais, provenientes de países distantes, são vistos como os “outros que não são dos nossos” (p. 79). Porém, um olhar mais atento revela um jogo de equilíbrios que refunda a ordem social: “os estrangeiros ocuparam, simbolicamente, na estrutura social, o lugar deixado vago pelos assalariados rurais” (p. 85). Os recém-chegados, ao tomar conta dos montes que outrora foram ocupados pelos assalariados rurais, permitem recriar a relação *tradicional* entre os que cedem terras e casas e os que as tomam de empréstimo (p. 91). Se a chegada de estrangeiros, vindos de países ricos, transportando consigo concepções do mundo consideradas localmente como estranhas, poderia constituir uma ameaça à visão do mundo local, o que acaba por se verificar é a ductilidade de um padrão que se revela capaz de se reajustar a uma nova realidade. Muito embora provenham de países ricos e desenvolvidos, é de subalternidade o lugar que lhe é reservado: distantes da “alma portuguesa”, é fácil acusarem-nos de “serem uns mal encarados, de não terem certos cuidados com o corpo, e de terem comportamentos feios” (p. 93). Voltando à questão do reequilíbrio, é importante sublinhar como se recorre ao passado, isto é, a uma representação e a uma memória

colectiva do ‘antigamente’, para se recompor o presente.

No Soajo a recomposição simbólica da comunidade faz-se de uma forma diferente. É necessário começar por perceber o diferente peso do vector *património* relativamente a cada um dos contextos. Diferença que se manifesta a dois níveis. Por um lado, pela forte relação da população soajeira com a terra, que não só favorece o regresso, como, durante muito tempo, quase excluiu as mulheres da emigração, já que a elas competia garantir a continuidade da comunidade. Mas a noção de património revela-se também importante a um outro nível. Trata-se do modo como o forte sentido identitário dos soajeiros, assente numa convicção de singularidade (p. 16), se revitaliza através de algo que podemos designar por invenção do património: “uma ideia nova começa a abrir caminho entre os soajeiros, largamente orquestrada pela Junta e a Assembleia de Freguesia: a da existência de um património local a preservar, se se quer aplicar numa política de desenvolvimento do turismo rural” (p. 217). Segundo a autora, esta consciência do património decorre da elevação do nível de vida, da circulação de homens e ideias, da entrada de Portugal na Comunidade Europeia, da diminuição do isolamento da aldeia e ainda do desenvolvimento do turismo rural (p. 247). O que importa aqui sublinhar, para dessa forma traçar um paralelismo com o que foi referido a propósito de Santa Margarida da Serra, é que, no caso do Soajo, é a consciencialização do património que constitui o instrumento que permitiu recompor a identidade soajeira num momento em que ela parecia diluir-se. A conclusão de Callier-Boisvert é, neste aspecto, bem elucidativa: “o estudo da sociedade soajeira durante um longo período permitiu pôr em evidência a sua resiliência, quer dizer a sua capacidade de manter a sua coesão através da mudança” (p. 279).

A situação da aldeia da Luz é muito particular. Não estamos aqui perante um tempo longo, aquele que parece afinar-se com a dinâmica quase invisível da memória colectiva, mas perante uma mudança brusca e induzida de fora para dentro da comunidade. Vejamos como Clara Saraiva coloca a questão: “Neste período conturbado, a memória colectiva da Luz foi sendo construída aliando as noções de um tempo e espaço suspensos: a partir daí, esses elementos foram medidos através do marco que constitui a mudança da aldeia – o tempo e o espaço na velha aldeia e o seu contraponto, o tempo na nova aldeia. O tempo na velha aldeia passou após a sua destruição a corporizar um tempo mítico” (p. 157). O binómio antes/agora encontra, neste caso concreto, uma baliza singular, cuja proximidade ao presente é reveladora da dimensão mitificadora que o estrutura. De facto, diz-nos a autora, o tempo anterior à construção da barragem começa a ser visto como um período mítico em que todos se davam bem, por contraponto ao tempo de discórdia que o processo de construção teria gerado (p. 324). Apesar do diferente ritmo da mudança que viveu a aldeia da Luz face aos outros contextos que referimos, também em relação a ela os sinais de modernidade vêm acompanhados da ameaça de diluição da própria ideia de comunidade. À semelhança de Santa Margarida da Serra, também na Luz é clara a demarcação entre os que pertencem à comunidade e os que lhe são estranhos. Esta sinalização inequívoca permitiu, até um certo momento, a união das pessoas frente a um inimigo comum (p. 213), mas com o decorrer do processo de construção da nova aldeia as fracturas internas, decorrentes da estratificação social, acabaram por marcar as relações entre os luzenses. O reencontro de um ponto de equilíbrio é, neste caso, mais ambíguo, sendo necessária, provavelmente, uma avaliação a mais longo prazo. Todavia,

vale a pena referir dois aspectos, que, apesar de terem natureza diferente, parecem convergir enquanto factores de recomposição comunitária. Desde logo a inauguração do Museu da Luz que, nas palavras de Benjamim Pereira, pode “ajudar as pessoas a reencontrarem a sua identidade perdida nas águas do Alqueva, não apenas como memória do passado recente, mas também como instituição virada para o futuro” (p. 314). O outro aspecto é de natureza diferente, mas vai no mesmo sentido da procura de um denominador comum que possa conciliar a comunidade no pós-Alqueva. Trata-se da afirmação e promoção da ideia de que a aldeia se sacrificou para bem do país, dessa forma se congregando os seus habitantes em torno de um duplo estatuto, o de vítimas e o de heróis (p. 319).

Evidentemente que uma questão tão vasta como a mudança social tem vários pontos de abordagem, que permitem criar pontes e espaços de diálogo entre os três textos aqui abordados. Esta não é a ocasião para um itinerário exaustivo, mas há um aspecto que tem uma centralidade muito particular nestas obras e, por extensão, no país que elas retratam. Trata-se das modificações sofridas no mundo rural e que, pese embora a diferença de contextos e também de intenções de cada obra, se expressa em todas elas. Em *Soajo, entre Migrações e Memória*, são essas modificações que estruturam todo o confronto entre o *antes* e o *agora*. A autora fá-lo tanto de uma forma subtil, convocando temas aparentemente tão laterais como a transformação do calendário matrimonial (pp. 103 e seguintes) ou a evolução da taxa de ilegitimidade (pp. 79 e seguintes), como de uma forma mais incisiva, revelando a estrutura social e suas modificações e consequências. Para Callier-Boisvert a emigração colocou nas mãos das mulheres o encargo de manter a organização da comunidade (p. 23). Este foi, de resto, um aspecto que desde logo a

impressionou no primeiro contacto: no dia-a-dia daquelas mulheres pouco lugar havia para as “tarefas tipicamente femininas”, sendo as actividades principais as de substituição (p. 42). A ausência dos homens, além das inevitáveis consequências demográficas, repercutiu-se também ao nível dos mecanismos de reprodução social: “uma grande parte dos conhecimentos adquiridos na infância, nomeadamente o saber topográfico e toponímico, não se transmite directamente de uma geração a outra (...) o mesmo não acontece com a transmissão de conhecimentos por via feminina, pois que não existe a mesma ruptura entre as gerações provocada pela emigração” (p. 224). O que a autora constata, já em finais dos anos 80, é que a agricultura se encontrava nas mãos de mulheres que tinham entre 40 e 70 anos, por vezes mais, não estando assegurada a substituição geracional (p. 68). Sendo o Soajo uma dessas “aldeias comunitárias-modelos” (p. 21) com que a etnologia tantas vezes se fascinou e iludiu, é relevante para a autora mostrar como o modelo de entreaajuda reagiu à mudança: “para uma população envelhecida, menos resistente à fadiga, a entreaajuda torna-se um constrangimento cada vez mais pesado” (p. 202). A única solução, afirma, é cessar a actividade e sair do sistema, mas isso significa uma espécie de morte social. Esta sensibilidade aos factores de mudança e suas consequências permite uma panorâmica geral e muito profunda do processo, que vai da percepção das transformações na paisagem, decorrentes do abandono dos campos ou da modificação da relação casa/terras (p. 68), até à consideração do modo como os factores de estratificação social, por exemplo a alfabetização, se alteram com a emigração e consequente falta de mão-de-obra disponível (p. 43).

Nas outras duas obras a modificação do mundo rural está igualmente presente, mesmo não tendo um papel tão fortemente

estruturador no trabalho. O sentido dos fluxos migratórios surge, em *Fronteiras da Identidade*, como o indicador mais evidente das dinâmicas sociais. Se nos anos 50 Santa Margarida da Serra recebia assalariados rurais que ali procuravam trabalho, nos anos 60 a corrente inverte-se, assistindo-se a uma forte saída de margaridos. São vários os factores que explicam esta inversão, mas, para o que aqui nos ocupa, importa atender, fundamentalmente, às consequências. Na verdade, é o abandono das terras menos produtivas, aquelas que exigiam uma mão-de-obra mais intensiva, bem como uma forte quebra demográfica, que explica uma nova inversão dos fluxos migratórios nos anos 80: “Há 50 anos chegavam portugueses para trabalhar, agora ‘chega gente de todo o lado para descansar e o pior é que têm dinheiro para comprar tudo” (p. 3). Diz-nos Manuela Raminhos que a estrutura social local era marcada, há 50 anos atrás, por viver no monte ou na vila e que essa diferença, decorrente da relação com a propriedade, se foi esbatendo em consequência da emigração. São esses montes abandonados, e estigmatizados pela memória da forte dicotomia social, que se tornam atractivos para os neo-rurais, abrindo à comunidade um novo campo de leitura simbólica da estrutura social: “É a presença deste grupo, que não trabalha, que irá permitir à comunidade anfitriã a construção da diferença: nós, os margaridos; eles, os estrangeiros” (p. 91).

Em *Luz e Água* a questão das modificações do mundo rural é revelada a partir de uma espécie de reconstituição do passado a partir da memória colectiva (*e.g.* pp. 53 e seguintes). A preocupação da autora vai, naturalmente, para essa mudança mais contida no tempo, que é a da transferência da aldeia. Em todo o caso, a demografia é suficiente para perceber que a aldeia da Luz passa por um processo evidente de desagregação – os 704 habitantes de 1960 ficam

reduzidos a cerca de metade em 2001. Mas talvez mais importante que reiterar aqui os factores e as consequências deste êxodo, seja convocar um aspecto muito específico, mas que nos parece relevante na compreensão do modo como a modernidade se manifesta e interage com a vontade de conservação. Trata-se da procura de um difícil equilíbrio, questão que tem enorme importância no processo que Clara Saraiva analisa: “As pessoas da aldeia viram-se apanhadas num mundo de globalização e profunda mudança em que se cruzaram perspectivas e sentimentos diferentes. Por um lado eles recusavam o tempo antigo e todos os símbolos que remetiam para esse tempo (...). No entanto as pessoas queriam *the best of two worlds* e invocam o seu modo de vida rural para reivindicarem cozinhas de lume com áreas maiores que lhes permitissem continuar a tradição da matança do porco, da preparação das carnes e do fumeiro” (p. 217). Existe, pois, uma leitura específica da modernidade que sugere a sua incompatibilidade com um conjunto de práticas vistas como arcaicas e de algum modo poluentes, como é o caso da matança do porco. Esta questão é tão mais relevante quanto nela se manifestam as diferenças sociais da comunidade. De facto, as pessoas mais abastadas, muito embora preferissem também a modernidade, manipulavam-na de forma a conservar o seu estatuto social (p. 217). O caso muito particular da aldeia da Luz parece conduzir a uma polarização de indicadores de mudança, que num contexto diferente, de mudança contida e não tão acelerada, se revelariam, provavelmente, mais discretos. Um desses sinais é a revitalização da tradição, expressa, por exemplo, na recuperação do jogo do cântaro (p. 128). Outro sinal é o protagonismo assumido pelas mulheres luzenses no quadro das negociações para a construção da nova aldeia. Para Clara Saraiva esse protagonismo não ficou a dever-se apenas ao

facto de as mulheres estarem mais presentes na povoação, pois, para lá disso, “as mulheres conseguiram também alterar a sua condição num mundo marcado pela hegemonia masculina e fazer valer o seu papel na família e no todo social” (p. 198). Na Luz, do mesmo modo que no Soajo, assiste-se a uma divergência entre o discurso, que vinca a manutenção dos lugares sociais, e a prática quotidiana, que abre espaços de participação feminina num processo mais amplo de mudança social. Mais importante

que classificarmos esse processo, tal como outros de que aqui procurámos dar conta, na modernidade, é perceber as dinâmicas complexas que o atravessam. Nelas, *conservação* e *mudança* não são simples antónimos, mas termos que interagem na definição do quotidiano, demarcando um território fecundo de reflexão etnográfica.

*Luís Cunha*

Instituto de Ciências Sociais  
da Universidade do Minho